



Entre Orixás e Olímpianos: intervenção escolar a partir de jogos de tabuleiro como espaço de diversidade e autonomia

Between Orixás and Olympians: school intervention from board games as the diversity and autonomy space

Paulo Victor Zaquieu-Higino¹

Resumo: O presente artigo é resultado de uma intervenção psicopedagógica com alunos em uma escola privada de nível médio e técnico, objetivando a reflexão da autenticidade da religiosidade africana, através de atividade pedagógica lúdica. Assim, os alunos foram convidados a fazer relações entre os deuses olímpianos e os Orixás de modo lúdico, por meio da confecção de jogos de tabuleiro, RPG (*Role-Playing game*) entre outros. A única regra desses jogos era que fossem incluídos os deuses gregos e africanos, portanto, os alunos foram divididos em grupos e se viram desafiados a pesquisar os orixás, agora oponentes dos deuses gregos que eles tanto conhecem. Os alunos tornaram-se autores de seu próprio processo de desconstrução do preconceito (“demonização”) para com a religiosidade africana, através dos seus próprios artefatos nas aulas de filosofia.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Ensino de Filosofia. África. Intolerância Religiosa. *Bullying*.

Abstract: The present article arose from a psychopedagogical intervention with students in a private high school and technical level, aiming at the reflection of the authenticity of the African religiosity, through a playful pedagogical activity. Thus, the students were invited to make relations between the Olympian gods and the Orixás in a playful way, through the making of board games, RPG (Role-Playing game) among others. The only rule was to include the Greek and African gods and divided into groups, they were challenged to search the Orixás, now opponents of the Greek deities they so know. Students became authors of their own process of deconstructing prejudice (“demonization”) toward African religiosity, through their own artifacts in philosophy classes.

Keywords: Psychopedagogy. Philosophy Teaching. Africa. Religious intolerance. *Bullying*.

Introdução: Vamos jogar?

Antes de iniciar um jogo, precisa-se entender o mínimo sobre as regras que regem o mesmo. Assim, este trabalho trará uma breve introdução sobre a

¹ Doutorando em Ciência da Religião pela UFJF. Mestre em Ciência da Religião pela UFJF. Especializado em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela UCAM. Contato: paulovictorzh@hotmail.com

problemática do *bullying* religioso no espaço escolar e apresentará uma proposta de combate ao mesmo através de uma intervenção psicopedagógica.²

Esse trabalho visou iniciar uma reflexão da autenticidade das religiosidades africana e afro-brasileira através de atividade psicopedagógica lúdica durante as aulas da disciplina de Filosofia. Possibilitando um aprofundamento na cultura africana, jogos de tabuleiro e cartas foram confeccionados e utilizados por alunos do Ensino Médio em uma escola no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro.³

O tema religião surgiu durante a apresentação dos alunos em um primeiro contato com a turma no início do primeiro semestre de 2016. Assim, alunos evangélicos e católicos manifestaram sua religião sem constrangimento, juntamente com a apresentação de alguns ateus e agnósticos também se apresentaram.

Todavia, somente um aluno se identificou voluntariamente como umbandista e, outro aluno foi apontado pelos colegas; este, logo disse ser espírita. Ao final da aula, longe da classe, o referido aluno manifestou seu constrangimento de professar sua religiosidade, a Umbanda, diante dos colegas.

Identificado o desconforto e o *bullying* que sofrem os alunos praticantes de religiões de matriz afrodescendente, como Candomblé e Umbanda, planejou-se uma intervenção no ambiente escolar visando maior compreensão destas religiões a partir do protagonismo dos alunos.

Desse modo, este trabalho foi norteado pelas seguintes questões: 1) Como o contato e o conhecimento de conteúdos marginalizados, como a cultura afro-brasileira, podem propiciar a construção do ambiente escolar plural? 2) A utilização de jogos pode contribuir no ensino-aprendizagem, autoestima e diminuição das resistências às construções preconceituosas sobre religiões de matriz africana?

1. Religiões de matriz africana na escola

Apesar dos avanços no árduo trabalho de desenvolver uma cultura de tolerância para com as religiões de matriz africana, ainda observa muitos relatos de perseguição aos templos e membros dessas religiões. “Essa perseguição religiosa vem,

² Esta atividade foi desenvolvida como trabalho de conclusão de curso de uma Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica da Universidade Cândido Mendes.

³ O autor deste artigo foi professor nesta escola durante o ano letivo de 2016, quando desenvolveu esta intervenção com as/os alunas/os. A ETP está localizada Alameda Carlos Lacerda, 423 - Liberdade, Rio das Ostras – RJ;

nas últimas décadas, configurando-se em verdadeira batalha espiritual, ameaçando os padrões de uma sociedade alicerçada na ética, na liberdade, na democracia e na cultura de paz”. (SILVA: 2009, p.128b)

Segundo o Balanço de Denúncias de Intolerância Religiosa publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019), foram registrados 506 casos de discriminação religiosa no ano de 2018, dos quais 72 eram contra a Umbanda e 47 contra o Candomblé.

Ainda que novas perspectivas surgidas das Leis 10.639/03 e 11.645/08, e dos desdobramentos das mesmas através de diretrizes curriculares nacionais, que visam garantir a valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira, “o sistema de ensino brasileiro ainda não se desprendeu das amarras que o prende a um currículo homogeneizante, eurocêntrico e monocultural” (ARAÚJO e MORAES, 2013, p.297).

Através destas leis, foi iniciada uma educação intercultural, pautada no processo de descolonização do conhecimento, de suma importância para a valorização da diversidade étnico-racial que compõe a cultura brasileira.

A nosso ver, a implantação dessa normatização contribui para o abandono do ensino sob a perspectiva eurocêntrica da formação da sociedade e valoriza os grupos étnicos dos negros e dos indígenas, demonstrando ao aluno o quanto esses povos contribuíram para a formação da sociedade brasileira e, principalmente, o quanto necessário é que sejam devidamente reconhecidos. (GOULART e MELLO, 2013. p.39)

Contudo, a sociedade apresenta muitos desafios: a precariedade do sistema educacional, a falta de preparo dos professores e a interferência de pais (principalmente evangélicos) nos conteúdos ministrados em sala. Para superação desses, como afirma Candau (2008, p.52), é preciso “uma educação que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais (...) pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas”.

E estes desafios tendem a comprometer o processo de aprendizagem do aluno, quando este, por professar uma religiosidade não cristã, especialmente alunas e alunos de Candomblé, Umbanda e mesmo alunos agnósticos e ateus, torna-se alvo de *bullying*, gerando grandes dificuldades para suas vidas, pois:

Reconhecido como um problema de relacionamento, no qual o poder é afirmado por meio da violência, o *bullying* é uma realidade entre crianças e adolescentes em idade escolar, em diferentes contextos culturais e um grave problema em vários países. O fenômeno contribui à experiência dos alunos em episódios de sofrimento psíquico, além de comprometer o processo ensino-aprendizagem e influenciar a maneira de resposta às demandas sociais ao longo dos ciclos de vida. Estas consequências negativas acarretadas a todos os envolvidos, associadas ao aumento

de prevalência e ocorrência, converteram o *bullying* em um grave problema de saúde pública mundial. (OLIVEIRA *et al*, 2015, p. 2)

Muitos alunos se sentem constrangidos em falar que são praticantes do Candomblé ou Umbanda. Quando o fazem, surgem muitas risadas seguidas de frases como “ih, macumbeiro”, “tá amarrado”, entre outras formas de terror psicológico e racismo religioso. Neste ambiente em que o discente não pode manifestar algo fundamental para sua identidade, seu desejo pela escola fica comprometido, bem como todo o processo de ensino-aprendizagem. Logo, como afirma Lemos (2007, p.73):

A vítima, conseqüentemente, tende a se excluir de todos os envolvidos e a manter-se em um completo isolamento, por considerar-se sozinha, abandonada e incompreendida. Como, muitas vezes, não pode dispensar a escola, sozinha em seu sofrimento, acaba forçando uma motivação para frequentar aquele espaço, sem, obviamente, aproveitar devidamente as ofertas educacionais, gerando as falhas no seu processo de aprendizagem.

No contexto brasileiro, fortemente marcado pela colonização europeia que semeou o catolicismo no imaginário social, a recente ascensão de movimentos evangélicos fundamentalistas na sociedade, especialmente através das chamadas bancadas evangélicas, a intolerância contra religiosos de matriz africana se faz presente e cada vez mais ameaçadora. Como bem ressaltam Souza e Oliveira (2018),

É evidente que a intolerância religiosa não nasce na escola, tanto quanto também não nasce na escola a identificação religiosa. A intolerância religiosa é um conflito que está fora dos portões das escolas, está na sociedade brasileira e é transportado para o ambiente escolar. Na verdade, é preciso reconhecer que as escolhas religiosas individuais, como elemento de identificação e construção do sujeito em si, são constructos sócio-políticos, num contexto multicultural, que coloca em choque as múltiplas possibilidades de autoreferência. E, a partir disso, em vez de negar relevância a tais diferenças, relegando-as aos espaços privados, deve-se garantir-lhes presença nos espaços públicos, legitimando sua expressão e manifestação. (Souza e Oliveira, 2018, p. 1513)

A escola, lugar de desenvolvimento de sociabilidades, tende a reproduzir esta opressão da diversidade religiosa. É perceptível a presença de católicos e evangélicos utilizando seus símbolos religiosos, bíblias e cordões com cruz, nas salas e corredores dos estabelecimentos de ensino e o mesmo não ocorre com os alunos de religiosidades afro-brasileiras. Muitos estudantes, além de não se sentirem livres para manifestar sua fé, acabam por negá-la em público ou assumir outras como o espiritismo para identificar seu credo, mesmo sendo de candomblé ou umbanda, não vivenciando seu direito fundamental de liberdade religiosa.⁴

⁴ A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante no seu artigo 18: “toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar a

Este receio de assumir sua religião não provém de uma mera questão de proibição de símbolos religiosos em um Estado laico, visto que este medo não é encontrado nos cristãos. Os próprios alunos, professores e outros funcionários acabam por coibir, indiretamente, outras expressões religiosas, quando assistem passivamente a hegemonia ostensiva da religiosidade cristã nos materiais didáticos, nas comemorações e principalmente quando não estimulam a valorização da cultura africana. A liberdade e diversidade religiosa acabam sendo tolhidas, fomentando o *bullying* religioso pela negligência da escola:

O Estatuto também garantiu expressamente, como apontado acima, a liberdade de crença e de religião da criança e do adolescente. Deve ser lembrado, neste tocante, que a discriminação religiosa pode ser facilmente multiplicada, porque envolve fortes sentimentos nas pessoas. Portanto, o *bullying* religioso deve ser prevenido e combatido com vigor pelas escolas, que devem promover atividades que estimulem a tolerância, como palestras sobre o assunto, trabalhos escolares que tenham um cunho mais estimulador de valores positivos do que para aferir notas sobre o tema, e a efetiva fiscalização do espaço escolar(...). (GIMENES, 2015, p. 135)

Muitos estudantes, quando questionados acerca de sua religiosidade (ou não), ficam em silêncio, dizem ser católicos ou espíritas para evitar o constrangimento que possa gerar em sua turma, a qual lhe acompanhará todos os dias até o fim do ano letivo, somados a outras características físicas, étnicas, sociais, de gênero e sexualidade que todos os alunos estão submetidos no ambiente escolar, o *bullying* religioso é mais um potencializador de sofrimento psíquico para adolescentes e jovens que não têm sua identidade respeitada.

Uma escola que não se compromete efetivamente com a diversidade dos sujeitos em sociedade, acaba por reproduzir as desigualdades e violências presentes na sociedade. Não problematizar e construir atividades contra o *bullying* religioso é estimular o racismo religioso e violência contra alunos de minorias religiosas, descumprindo o que o ECA garante às crianças e adolescentes.⁵

Dado esses desafios do cenário atual da religião na escola, foi pensada e aplicada uma intervenção psicopedagógica com o objetivo de trazer ao ambiente escolar, de modo lúdico, o tema das religiosidades africanas, promovendo uma cultura institucional de diversidade, bem como desenvolver a autonomia dos alunos.

religião, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.” (ONU, 1948)

⁵ “Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. (BRASIL, 2015)

2. Sua vez de jogar, Xangô!

O ensino da cultura afro-brasileira encontra seu maior obstáculo na pressão de pais evangélicos, oriundos de igrejas que costumam disseminar um discurso de demonização das religiões afro, como evidencia Silva:

A visão demoníaca das religiões afro-brasileiras, propagada pelo neopentecostalismo, já estava presente nas fases anteriores do movimento pentecostal como elemento da teologia da cura divina. A cura, sendo uma das partes constitutivas do ritual da benção aos doentes, servia para mostrar a vitória de Deus sobre o demônio, geralmente identificado com a umbanda e o candomblé (...). Nesse período, entretanto, não se convocavam os “exércitos de Cristo” para saírem às ruas e impedirem rituais afro-brasileiros, ou mesmo tentar fechar terreiros, como tem ocorrido nas duas últimas décadas. (SILVA, 2007, p.209)

Contudo, apesar dos obstáculos, o ensino de Filosofia, no nível Fundamental e Médio, pode em muito contribuir no processo de decolonização da visão dos alunos sobre a (pretensa) cultura regional e universal, recorrendo ao seu conteúdo programático a fim de justificar-se diante de possíveis represálias de pais contrários ao ensino da cultura afro.

Todos os anos, em geral, no primeiro ano do Ensino Médio, os alunos e alunas tem seu primeiro contato com a Filosofia, cujo itinerário na maioria dos materiais didáticos é iniciado pela contextualização geográfica e cultural da Grécia antiga com seus deuses e heróis. Não há nenhuma resistência a Zeus e seus pares pelos alunos e respectivos pais.

Todavia, quando questionados sobre sua religiosidade, alunos e alunas de candomblé e umbanda mostram desconforto em assumir sua crença, recebendo risadas e piadinhas dos colegas cristãos (católicos e evangélicos), quando não silenciam e só ao final das aulas, distantes dos colegas, manifestam sua religião. Muitos alunos e alunas fazem uso do recurso de dizerem ser praticantes do espiritismo, mais aceito devido à popularidade do líder espírita Chico Xavier, ou católicos não praticantes, dada a abrangência gerada pela amplitude dessa religião.

Destarte, tomou-se a mitologia grega, tão difundida e idealizada especialmente na cultura pop em livros, filmes e jogos para crianças e jovens:

As sucessivas reedições de algumas obras e sua presença nos catálogos das editoras e nas livrarias atestam a permanência do interesse do público infantil e juvenil pelos mitos e heróis da Grécia antiga, ou talvez o interesse dos adultos – representados principalmente pela instituição escolar - responsáveis pela educação desse público. A partir de 1990, ano em que ocorre a publicação do livro da escritora Lia Neiva, registra-se a publicação de novas obras sobre mitos gregos para crianças e jovens, principalmente entre editoras especializadas em atender o público escolar. (MAZIERO, 2006, p. 30)

O cinema e a literatura infanto-juvenil internacional popularizaram as narrativas gregas entre a geração atual em livros e filmes como o famoso “Percy Jackson e o ladrão de raios”, como muito bem analisa Gava (2017):

O Ladrão de Raios, por exemplo, é suficiente para percebermos alguns dos temas que atraem as crianças e adolescentes em torno desse tipo de literatura, quais sejam: o descobrimento de si mesmo, as amizades e inimizades, o amor e a sexualidade, as relações familiares, o status sociocultural e/ou socioeconômico, o amor à pátria e uma diversidade de preocupações em torno de questões de gênero, questões ambientais etc. – o que causa uma profunda identificação do leitor com as personagens, seja pelos arquétipos (modelos exemplares compartilhados por toda a espécie humana que servem de molde para o indivíduo organizar e compreender suas experiências pessoais e coletivas) ou estereótipos (modelos sociais que tentamos imitar por representarem aquilo a que a sociedade almeja) restaurados 31 pelo autor. Além disso, a linguagem utilizada nas obras é simples e bem-humorada, valendo-se de jargões semelhantes aos que os jovens usam entre si. (GAVA, 2017, p. 30)

A partir desta popularidade e familiaridade com as narrativas da mitologia grega, os alunos foram convidados a fazerem relações entre os deuses olímpicos e os Orixás de modo lúdico, através da confecção de jogos de tabuleiros, RPG (*Role-Playing game*), entre outros.

As brincadeiras são situações imaginárias com regras implícitas e os jogos possuem regras com situações imaginárias ocultas e ambos auxiliam no desenvolvimento do indivíduo pelo fato de atuarem na zona de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY, 1994). O RPG é um jogo basicamente fundamentado na interação social. Partindo destas premissas é possível sugerir que o RPG é uma excelente ferramenta para propiciar o desenvolvimento psicológico, principalmente pelo fato da interação dos sujeitos em zonas de desenvolvimento proximal. (BITENCURTT e GIRAFFA, 2003,p.3)

Por ser uma proposta que envolve jogos que estão habituados, a adesão foi imediata e quase unânime: dessa forma, os alunos e alunas foram instigados a realizar uma pesquisa sobre as duas culturas de modo totalmente autônomo, cuja única regra consistia na utilização dos deuses gregos e africanos. Divididos em grupos, os alunos e alunas se viram desafiados a pesquisar os Orixás, os oponentes desconhecidos dos deuses gregos que eles tanto conhecem.

Vale mencionar que alguns indivíduos solicitaram que seus jogos incluíssem outras mitologias como a egípcia e a nórdica, também comum no cinema atual. Porém, apesar de pontuar a diversidade de culturas e expressões religiosas ao longo da história da humanidade, optou-se por restringir aos Orixás, garantindo que estes pela primeira vez fossem discutidos pela maioria dos alunos.

3. Round 1: Xangô versus Zeus

No primeiro momento, para construir a lógica de seus respectivos jogos os alunos se sentiram impulsionados a pesquisar quais poderes os Orixás possuíam, uma vez que os poderes dos Olímpianos eram conhecidos por unanimidade.

Assim, em suas pesquisas nas diversas fontes, os alunos perceberam a inexistência do “demônio”, figura associada à “macumba” por lideranças religiosas de matriz judaico-cristã. Sem a presença desta temida entidade do cristianismo, os participantes conseguiram adentrar no universo africano.

Nesse cenário, em contato direto com as personagens-entidades africanas, os alunos e alunas construíram livremente seu jogo com regras e peças. Foram utilizados diversos materiais como papelão, cola, tintas, lápis coloridos, impressão e recortes de imagens entre outros diferentes materiais conforme a proposta de jogo de cada grupo.

a) Jogo 1: cartas de RPG

Apesar de a proposta inicial se referir aos jogos de tabuleiro, alguns alunos solicitaram o uso do RPG, que não necessariamente recorre a tabuleiros, podendo lançar mão de espaços imaginários e fantasias. O grupo, então, confeccionou um jogo de RPG, criando cartas contendo imagem, poderes e pontuações de cada deus grego e africano, conforme a imagem abaixo (Figura 1):



Figura 1. Modelo de cartas de *RPG* confeccionado pelos alunos participantes do projeto, com regras próprias.

As cartas foram confeccionadas em material emborrachado coberto com a impressão em papel contendo os deuses gregos e africanos, cada um trazendo uma pontuação de ataque e outra de defesa a partir de seu lugar na hierarquia mitológica.

Assim, diante da história a ser contada pelos oponentes, durante o jogo, o participante deveria escolher uma carta e desafiar seu oponente, o qual fazia sua escolha dentre as cartas que portava. Com a comparação entre as pontuações, os participantes decidiam o vencedor da rodada, onde o mesmo adquiria a carta do vencido.

b) Jogo 2: *War* dos deuses

Outro grupo de alunos participantes desse projeto desenvolveu um tabuleiro com *RPG*, inspirado no jogo *War*⁶, comumente jogado por eles (FIGURA 2):



Figura 2. Modelo de jogo de tabuleiro com cartas de *RPG* confeccionado pelos alunos participantes do projeto, com regras próprias.

⁶ Jogo de tabuleiro em que países disputam territórios no mapa *mundi*. Para maiores detalhes, conferir em: <<http://www.lojagrow.com.br/jogo-war---grow-02000/p>>

Dentre as propostas, este jogo gerou grande interesse de toda a turma por sua complexidade e empenho do grupo: um tabuleiro feito em papelão com o desenho colorido à mão, dois dados, mini bonecos de plástico (“peões”) e as cartas em papelão cobertas com as divindades impressas.

As cartas traziam a imagem dos deuses africanos e gregos contendo o resumo de sua história, poder e características, fundamentais para que os jogadores desempenhassem papéis durante a batalha de conquista de territórios do mapa mundi.

c) Jogo 3: Quiz mitológico

O terceiro grupo desenvolveu um jogo a partir da ideia de quiz com perguntas sorteadas dentro da ordem estabelecida no tabuleiro. (FIGURA 3)

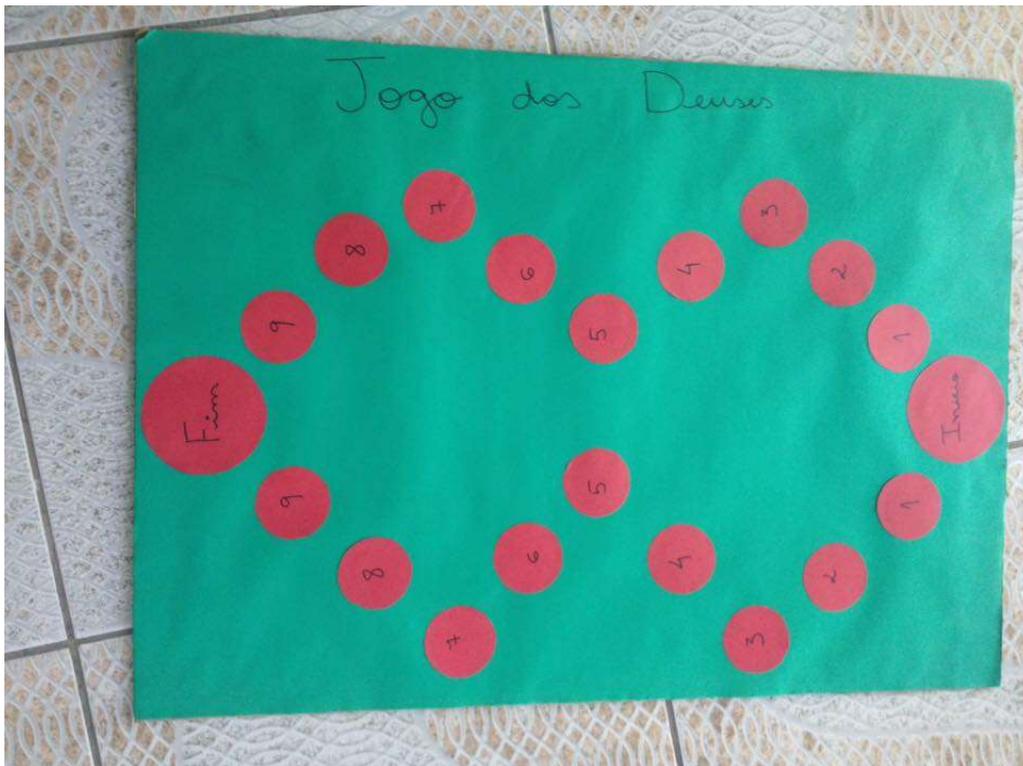


Figura 3. Modelo de jogo de tabuleiro com quiz confeccionado pelos alunos participantes do projeto, com regras próprias.

Nesta proposta, foi confeccionado um tabuleiro de isopor coberto por TNT e círculos de cartolina (casas) contendo um percurso numerado com largada e chegada, onde cada “casa” equivaleria a uma carta numerada contendo perguntas sobre os

deuses africanos e gregos dispostos aleatoriamente. Aquele participante do jogo que respondesse corretamente seguiria o caminho até o final do jogo.

4. Intolerância: uma realidade que não é brincadeira...

Apesar da adesão entusiástica de alunos de diversas confissões religiosas (católicos, evangélicos, espírita, candomblecistas e umbandistas), agnósticos e ateus, ocorreram alguns conflitos pontuais entre os participantes dos jogos. Como exemplo, uma participante via mensagem virtual, solicitou autorização para que sua atividade fosse restringida somente aos deuses gregos, excluindo os africanos, sob a afirmação de que seus pais, evangélicos praticantes, não aprovaram a proposta pedagógica:

“Boa tarde professor, aqui é a ALUNA do 3º e gostaria de saber se eu poderia fazer o trabalho que o senhor passou só da mitologias gregas, pois sou evangélica e meus pais não estão querendo que eu faça sobre os deuses africanos.” (ALUNA)

Segundo o discurso do participante supracitado, apenas os deuses africanos são incompatíveis com sua fé cristã, de maneira que não há nenhuma restrição quanto ao contato com as divindades do Olimpo. Longe de ser uma questão de leitura teológica contrária ao politeísmo, que abarcaria qualquer divindade que não fosse Jeová/Javé, somente os Orixás foram problematizados.

Como recurso, foi proposto a este participante, dado a importância da temática, que o mesmo realizasse uma apresentação oral para os colegas sobre as motivações históricas e culturais pelas quais as religiões africanas sofrem preconceito e marginalização no Brasil.

Durante o período dessa intervenção psicopedagógica desenvolvida nesse projeto, houve a necessidade de comparecer junto à direção da escola para esclarecer a proposta da atividade, uma vez que uma mãe de participante foi se queixar que o professor de Filosofia, na época católico praticante, estava fazendo doutrinação umbandista dos alunos.

Na ocasião, a coordenadora pedagógica do Ensino Fundamental, professora de Filosofia aposentada e evangélica, argumentou em favor da legitimidade e legalidade da intervenção, sendo muito bem acolhida pelo diretor da escola que permitiu a continuidade da atividade, a despeito da denúncia.

Apesar dos percalços, foi percebido ao final das atividades desenvolvidas, que os alunos abandonaram a postura resistente aos Orixás. Dessa forma, através do lúdico nas aulas de filosofia, ornaram-se autores de seu próprio processo de desconstrução do preconceito (“demonização”) para com a religiosidade africana.

Após as apresentações, muitos alunos demonstraram interesse em conhecer o templo de umbanda frequentado por um aluno, que até então não falava de sua religião, mas que durante as exposições dos grupos intervinha constantemente e sem nenhum constrangimento, esmiuçando as curiosidades que seus colegas expunham a partir de seu conhecimento e experiência religiosa Umbanda. Outros participantes também demonstraram curiosidade em conhecer um terreiro de Candomblé e Umbanda.

5. Conclusão: *play again!*

Diante dos resultados amostrados nesse estudo, concluiu-se que a intervenção psicopedagógica no ambiente escolar pode contribuir para a quebra de preconceitos, principalmente o religioso, ao propiciar acesso ao conhecimento de temas mal compreendidos. Deste modo, é possível proporcionar uma postura de enfrentamento à intolerância religiosa, ao racismo, ao *bullying* e outras intolerâncias oriundas da ignorância e do conhecimento superficial.

Igualmente, ficou evidente que essas intervenções são muito eficazes quando apostam no protagonismo dos próprios destinatários de mudança, os alunos e alunas. Assim, o psicopedagogo/educador identifica o conflito, propõe estratégias e orienta os alunos e alunas na desconstrução de preconceitos e tabus, bem como a produção de conhecimento e ambiente de respeito à diversidade.

O impacto das atividades desenvolvidas foi amplo no sentido da constatação da mãe que fez a equivocada denúncia, onde o diretor, a coordenadora pedagógica e os próprios alunos e alunas já não utilizavam mais o termo pejorativo “macumba”, mas “Umbanda”. Este evento manifestou a efetividade da intervenção: o conhecimento sobre diversidade religiosa estava, ainda que com ruídos, chegando aos pais. O Candomblé talvez não tenha sido citado pela ausência de praticantes na referida escola, pois os quatro alunos eram umbandistas, facilitando a circulação desta religião entre os colegas.



Por fim, a amplitude do trabalho favoreceu o crescimento da autoestima dos alunos que sofriam *bullying*, bem como todo o corpo discente, uma vez que este percebeu que é capaz de transformar sua realidade por si e concretizar seus projetos.

Bibliografia

- BITTENCOURT, João Ricardo ; GIRAFFA, L. M. M. . *Role-Playing Games, Educação e Jogos Computadorizados na Cibercultura*. In: I Simpósio de RPG em Educação, 2003, Rio de Janeiro. I Simpósio de RPG em Educação. Rio de Janeiro: CCEAD PUC-Rio, v. 1. p. 1-2, 2003
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- CAMPOS, Isabel Soares; RUBERT, Rosane Aparecida. *Religiões de matriz africana e a intolerância religiosa*. Cadernos Lepaarq, v 11, nº 22, 2014.
- CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação, v.13, nº 37, 2008.
- GAVA, Sabrina da Silva. *Percy Jackson e O Ladrão de Raios : cartografando sentidos entre mito, indústria cultural e educação visual*. Dissertação (Mestrado em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares). Universidade Federal de São João del-Rei, 2017. 136 p.
- GIMENES, Nilson Roberto da Silva. *Bullying religioso na Escola e a responsabilidade civil*. Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, v. 87, nº 2, 2015.
- GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. *A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental*. Entretextos, v.13, nº 2, p. 33-54, 2013.
- MAZIERO, Maria das Dores Soares. *Mitos gregos na literatura infantil: que olimpo é esse?* Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo-SP, 2006.
- MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Balanço anual: Disque 100 registra mais de 500 casos de discriminação religiosa. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/junho/balanco-anual-disque-100-registra-mais-de-500-casos-de-discriminacao-religiosa>>. Acesso em: 13 mai, 2019.
- OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de et al. *Causas do bullying: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar*. Revista Latino-Americana de Enfermagem. Forthcoming, p.1-8, 2015.
- ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Viena, 1948.
- PERCY Jackson e os Olimpianos. Site Oficial – Brasil. Disponível em: <http://www.percyjackson.com.br>. Acesso em: 17 set. 2015.
- SILVA, Jorge da. *Guia de Luta Contra a Intolerância Religiosa e o Racismo*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.



SILVA, Vagner Gonçalves da. *Neopentecostalismo e religiões afrobrasileiras: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo*. Revista África e Africanidades. Ano 4, n. 14, 2007.

SOUZA, Marselha Evangelista de. OLIVEIRA, Geovane Lopes de. *A mediação escolar como instrumento auxiliar de construção da tolerância/respeito à diversidade religiosa*. Revista Discente Sacrilegens, v. 15, n. 2, p. 1509-1594, 2018. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2019/04/29.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

Recebido em: 01/07/2019
Aceito em: 21/08/2019